

# Fechado para balanço?

Diante de toda essa crise que nos assola, é preciso corrigir as distorções a fundo, mas, muitas vezes, tenho a impressão de que, desde a Constituição-Cidadã, sempre pretendemos, num afã reformista, transformar nosso sistema político-eleitoral paraplégico numa espécie de atleta olímpico. Não dá. Nem com prótese de titânio.

A façanha esbarra num obstáculo quase intransponível: a sede da corrupção é uma semente que está no coração de todos os homens e não neste ou naquele partido, embora existam partidos que tenham, por hábito, comungar com o fisiologismo. A maioria. Por outro lado, nós, brasileiros, estamos arraigados por algumas “tradições” que dificultam, embora não impeçam, o sucesso dessa empreitada reformista. São elas: a cultura do privilégio, a cultura da magia e a cultura da indolência.

A cultura do privilégio tem abundantes manifestações. Os cargos de direção das empresas públicas, sociedades de economia mista e autarquias são divididos entre os amigos do rei a cada quatro anos, cuja incompetência técnica e deficiência vocacional são a regra. Os cargos de segundo e terceiros escalões são loteados às cegas para uma turma pouco comprometida com o bem comum. Até uns anos atrás, o nepotismo nos cargos públicos era a tônica tupiniquim, mesmo no Poder Judiciário.

A cultura da magia aflora a olhos vistos. O financiamento público das campanhas eleitorais é endeusado como a solução para todos os problemas de transparência na captação de recursos. As pedaladas condenadas pelo TCU criariam o caixa necessário para a manutenção dos programas sociais. As obras de infraestrutura da Copa do Mundo resolveriam todos os problemas de mobilidade urbana.

A cultura da indolência marca o dia-a-dia dos serviços públicos oferecidos pelo Poder Executivo, com honrosas exceções. Falta isso ou aquilo e, muitas vezes, a maioria nem se importa mais com a falta da própria falta do serviço. Nossos congressistas não ficam muito atrás. Basta ver o intensivo regime laboral a que se submetem: de terça à quinta. Às segundas e sextas, estão “ocupados” nas bases eleitorais.

Creio que uma boa receita para a reforma do sistema político-eleitoral deve começar pela confissão da baixa representatividade desse sistema e terminar no resgate dos valores constitucionais que iluminam o respeito ao bem público. Se não serve como prato principal, atende como um bom aperitivo.

Caminhos? Há vários, mas, para que a vontade popular seja efetivamente correspondida em termos de democracia representativa, parece-me que o sistema distrital misto trilha por marcos seguros. Substituição do atual bingo eleitoral, redução dos custos de campanha, fortalecimento dos partidos, império da fidelidade partidária, aumento da estabilidade política e diminuição dos subsídios que servem de “contrapartida eleitoral” serão os efeitos imediatamente sentidos pelo eleitor.

E, por fim, parece inevitável o aprimoramento dos mecanismos de cassação do mandato dos políticos que acham que sua legitimidade ao cargo decorre somente dos votos recebidos e que, depois, não precisam ter qualquer compromisso com o bem público. A legitimidade não se encerra no dia da apuração e sua manutenção no posto deve ser prestigiada na exata medida em que, posterior e cotidianamente, o político seja capaz de honrar o mandato recebido, representando efetivamente o

eleitor, na condição de fiel depositário de seu voto.

É momento de repensar nossa realidade político-partidária. Nem que seja preciso fechar para balanço para, assim, atacar as causas de nossos problemas. E não os efeitos, como tem sido nosso compasso reformista. Do contrário, continuaremos deitados em berço esplêndido ao lado do subdesenvolvimento que caracteriza essa realidade e não mudaremos o quadro atual das coisas. Salvo se Deus for mesmo brasileiro. Com respeito à divergência, é o que penso.

**André Gonçalves Fernandes** é juiz de direito, doutorando em Filosofia e História da Educação, pesquisador, professor, coordenador acadêmico do IFE e membro da Academia Campinense de Letras ([fernandes.agf@hotmail.com](mailto:fernandes.agf@hotmail.com))

Artigo publicado no Jornal Correio Popular, edição 13/4/2016, Página A-2, Opinião.

---

## Corrupção, crime e castigo

“Em primeiro lugar, vem a questão da confiança. Lá em casa, sempre digo para as minhas filhas que papai perdoa tudo, menos mentira”. Esse é um pequeno trecho da entrevista concedida ao jornal O Estado de São Paulo, em 2010, por Marcelo Odebrecht, preso recentemente na Operação Lava jato. O título é “Bota quem tem culpa na cadeia”. Em outra declaração, desta vez à Folha de São Paulo, o empresário novamente citou os filhos para se defender de ataques: “Não faria nenhum pedido que não pudesse ser feito de maneira transparente. Que mais tarde pudesse me deixar mal com meus filhos.” Odebrecht passou o dia dos pais preso, acusado de corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa.

Após ler essas declarações, lembrei-me da obra magistral de Dostoiévski, Crime e Castigo. Há uma cena em que o personagem principal, Raskolnikov, conta à Sônia os motivos do seu crime: “Por acaso eu matei a velhota? Foi a mim mesmo que eu matei. O diabo matou a velha”. Penso que o mesmo se aplica àqueles corruptos envolvidos em falcatuas: roubaram o Brasil? Não, roubaram a si mesmos.

Sei que muitos podem considerar esse pensamento equivocado e retrucar que “esses homens” não têm consciência moral, como se já tivessem roubado a bolsa da enfermeira logo após o parto. Mas acredito que um homem se torna bom ou mau com o tempo e suas escolhas. Claro que considero a capacidade humana de se enganar. Os corruptos podem pensar que a culpa não é deles, que é assim que as coisas funcionam, que o mundo é podre, etc. Esses argumentos têm certa razão, por isso o seu poder de iludir. Mas é impossível dizer isso a uma criança, ainda mais se for o próprio filho. Ele só entende a verdade, que seria: “Papai está cadeia porque fez algo muito errado”.

Não seria bom apenas para o país que os empreiteiros envolvidos nos recentes escândalos parassem de mentir e assumissem a culpa pelos seus atos, como se fossem Raskolnikovs de hoje. Platão, no livro Górgias, afirmou que o melhor para quem comete um delito é ser punido. Para o filósofo, feliz é

quem não possui vícios e “em segundo lugar, vem a pessoa que ficou livre do vício.”

Além da felicidade, Platão tinha em mente a vida eterna, assim como a personagem Sônia, de Crime e castigo. Por isso a necessidade de reparação. O autor de Górgias conta nessa obra uma fábula, na qual diz acreditar, pois a tinha como “pura verdade”: “No tempo de Cronos, havia uma lei, a saber: que o homem que houvesse passado a vida com justiça e santidade, depois de morto iria para a Ilha dos Bem-aventurados. Quem tivesse vivido impiamente e sem justiça, iria para o cárcere da punição e da pena, a que dão o nome de tártaro.”

No dia primeiro de setembro, Marcelo Odebrecht, em depoimento à CPI da Petrobras, disse ser moralmente contra a delação premiada. Afirmou não ser dedo-duro. Além de apelar à moral, novamente - e já é a terceira entrevista dele que, acuado, cita a família - faz menção às filhas. Considerou que, quando havia uma briga em sua casa, talvez brigasse mais com quem denunciou do que com quem provocou o conflito.

Não duvido de que o empreiteiro ame as filhas. As citações recorrentes a elas é uma prova. O que chama a atenção é não perceber o quanto seria importante, em primeiro lugar para ele, a verdade. Em segundo lugar, para as suas tão amadas filhas. Os fatos são sujos? Por que não limpar-se através de uma confissão pública que iria também ser extremamente útil para o país? Sei.

Há muito mais coisa nesse mundo corrupto além do que sonha a minha vã inocência.

Mesmo que os acusados jamais confessem suas culpas, é importante para todos que os culpados sejam punidos. O culto à impunidade já fez muitas vítimas. E as primeiras são os próprios criminosos.

Eduardo Gama é mestre em Literatura pela USP, jornalista, publicitário e membro do IFE-Campinas.

Artigo publicado no jornal Correio Popular, edição 14/9/2015, Página A-2.

---

## [Seminário "Ética e Política" discute ideologias e corrupção \(+ Repercussão e Fotos\)](#)



Da esquerda para a direita: Dr Luis Carlos Sotero, Marcelo Consentino, André Fernandes, Dr Bolívar Lamounier e Dr Agostinho Tavolaro, durante a palestra de Lamounier. (Foto: Janaína Ribeiro/Especial para AAN)

Na tarde do último sábado, 23/05, o IFE Campinas em parceria com a Academia Campinense de Letras (ACL) promoveu a terceira edição de seus seminários, com o tema “Ética e Política”. Os palestrantes foram Bolívar Lamounier, sociólogo e cientista político de renome nacional e

internacional, e Luís Carlos Sotero, acadêmico da ACL e desembargador, premiado por seu trabalho em defesa da Democracia.

Na composição da mesa, o evento contou também com a presença do presidente do Instituto de Formação e Educação (IFE), Marcelo Consentino, do acadêmico e coordenador do IFE Campinas, André Fernandes, e do presidente da ACL, Agostinho Tavolaro. O público do evento foi diversificado, somando aproximadamente 70 pessoas.



Público no início do evento. O número de pessoas aumentou depois do início do seminário, o que pode ser conferido mais abaixo na galeria de fotos do evento. (Imagem: Janaína Ribeiro - Especial para AAN)

Na primeira palestra, intitulada *“No contexto político brasileiro atual, ainda faz sentido falar de ‘ética na política’?”* e ministrada por Bolívar Lamounier, o cientista político traçou um panorama histórico da política brasileira desde o início do século XX até nossos dias, para ressaltar uma característica que, segundo ele, é pouco notada pelos estudiosos: um forte traço de autoritarismo. Nesse sentido, também salientou que se quisermos pesquisar às origens desta característica não é necessário ir tão longe, como a Portugal dos anos 1500, mas, por exemplo, ver a influência que a ideologia proto-fascista teve nas classes intelectuais no começo do século passado e a ideologia socialista no pós-guerra, ambos com elementos totalitários e anti-éticos intrínsecos, como se viu ao longo da história do século XX com o fascismo italiano, o nazismo alemão, o socialismo-comunismo da U.R.S.S. e da Alemanha Oriental - períodos marcados por perseguições políticas, prisões arbitrárias, mortes etc.



Bolívar Lamounier em sua palestra no seminário. (Foto: Janaína Ribeiro/Especial para AAN; editada)

Para ele, as classes intelectuais nacionais tinham influência sobre a classe política e, sendo elas influenciadas por estas ideologias, acabaram por conduzir os rumos políticos do Brasil em direção a governos autoritários e anti-éticos. Primeiramente influenciados pelo proto-fascismo, que levou a ditaduras no início do século XX e nas décadas seguintes; e, nas últimas décadas, com a situação de o País ser governado por um partido que - segundo ele - tem um cunho inegavelmente totalitário e de fundo socialista.

Sobre esta última ideologia, Lamounier ressaltou que sua influência se fortaleceu desde a época da Ditadura Militar e hoje tem predominância sobre os partidos políticos do país. Em entrevista ao *Correio Popular*, publicada no domingo 24/05, dizendo algo semelhante ao que havia dito na palestra, afirmou que *“todo partido que afirma conhecer o caminho para um paraíso terrestre — como a sociedade sem classes dos socialistas — logo resvala para a doutrina de que os fins justificam*

os meios”. Desse modo, não demora a justificar a corrupção e a falta de ética como meios “necessários” à realização do caminho para o paraíso terrestre. Caminho que os ideólogos garantem conhecer, mas sem nunca defini-lo, como acontece, segundo o sociólogo, com o partido do atual governo. Mas Lamounier não é pessimista: acredita que a situação atual do Brasil, mergulhado numa escala de corrupção e falta de ética jamais vista na sua história, passará com o tempo (porém não em pouco tempo) deixando um legado de maturidade política.

Na segunda palestra, intitulada “*A política na prática*” e proferida por Luís Carlos Sotero, desembargador e ganhador do prêmio “Edgard de Moura Bittencourt” por sua atuação como “Defensor do Estado Democrático de Direito” pela APAMAGIS (Associação Paulista de Magistrados), o palestrante salientou que a sociedade brasileira está permeada pela famosa *Lei de Gérson*, com uma ética voltada à obtenção de vantagens pessoais, com disputas por cargos e comissões, bajulações e troca de favores, ficando em segundo plano a realização do bem-comum, a preocupação com os problemas da coletividade e o funcionamento das instituições.



Luís Carlos Sotero em sua palestra no seminário. (Foto: IFE Campinas)

Para ilustrar, baseado na sua experiência com a justiça laboral, citou o caso dos sindicatos que, ao contrário do que se pensa, não são tão democráticos. Ressaltou que grande parte deles, praticamente, não possuem alternância de poder. Com bom humor, comentou que, em certos casos, o presidente de um sindicato é a mesma pessoa que ocupa a presidência da confederação sindical e de organizações sindicais, e que só perde o cargo quando morre.

Mas seu tom, semelhante ao de Bolívar, não é de pessimismo. Ele acredita que é possível superar esta mentalidade da *Lei de Gérson* e criar uma cultura mais voltada ao bem-comum e ao bom funcionamento das instituições, promovendo uma sociedade e uma política mais éticas.

## Repercussão do evento

Destacamos que o evento teve repercussão na mídia regional, em ao menos duas ocasiões do jornal *Correio Popular*: uma nota em 19/05 e outra matéria com entrevista em 24/05. A última delas foi a referida entrevista acima, de domingo 24/05, a qual reproduzimos em imagem abaixo:



## Galeria de fotos

Abaixo, uma galeria de fotos tiradas por membros do IFE Campinas durante o seminário. Basta clicar em alguma foto para ampliar e seguir a galeria de fotos em tamanho grande.







## Agradecimentos

- Agradecemos a todos os participantes e envolvidos nesta 3ª edição dos Seminários IFE/ACL. Para mais informações de quando da divulgação deste seminário, [clique aqui](#). Para saber mais sobre os palestrantes, [clique aqui](#).
- Agradecemos ao Grupo RAC de comunicação por ceder algumas fotos de Janaína Ribeiro ao IFE Campinas.

---

## Seminário "Ética e Política" discute ideologias e corrupção (+ Repercussão e Fotos)



Da esquerda para a direita: Dr Luis Carlos Sotero, Marcelo Consentino, André Fernandes, Dr Bolívar Lamounier e Dr Agostinho Tavolaro, durante a palestra de Lamounier. (Foto: Janaína Ribeiro/Especial para AAN)

Na tarde do último sábado, 23/05, o IFE Campinas em parceria com a Academia Campinense de Letras (ACL) promoveu a terceira edição de seus seminários, com o tema "Ética e Política". Os palestrantes foram Bolívar Lamounier, sociólogo e cientista político de renome nacional e internacional, e Luís Carlos Sotero, acadêmico da ACL e desembargador, premiado por seu trabalho em defesa da Democracia.



Na composição da mesa, o evento contou também com a presença do presidente do Instituto de Formação e Educação (IFE), Marcelo Consentino, do acadêmico e coordenador do IFE Campinas, André Fernandes, e do presidente da ACL, Agostinho Tavalaro. O público do evento foi diversificado, somando aproximadamente 70 pessoas.



Público no início do evento. O número de pessoas aumentou depois do início do seminário, o que pode ser conferido mais abaixo na galeria de fotos do evento. (Imagem: Janaína Ribeiro - Especial para AAN)

Na primeira palestra, intitulada “*No contexto político brasileiro atual, ainda faz sentido falar de ‘ética na política’?*” e ministrada por Bolívar Lamounier, o cientista político traçou um panorama histórico da política brasileira desde o início do século XX até nossos dias, para ressaltar uma característica que, segundo ele, é pouco notada pelos estudiosos: um forte traço de autoritarismo. Nesse sentido, também salientou que se quisermos pesquisar às origens desta característica não é necessário ir tão longe, como a Portugal dos anos 1500, mas, por exemplo, ver a influência que a ideologia proto-fascista teve nas classes intelectuais no começo do século passado e a ideologia socialista no pós-guerra, ambos com elementos totalitários e anti-éticos intrínsecos, como se viu ao longo da história do século XX com o fascismo italiano, o nazismo alemão, o socialismo-comunismo da U.R.S.S. e da Alemanha Oriental - períodos marcados por perseguições políticas, prisões arbitrárias, mortes etc.



Bolívar Lamounier em sua palestra no seminário. (Foto: Janaína Ribeiro/Especial para AAN; editada)

Para ele, as classes intelectuais nacionais tinham influência sobre a classe política e, sendo elas influenciadas por estas ideologias, acabaram por conduzir os rumos políticos do Brasil em direção a governos autoritários e anti-éticos. Primeiramente influenciados pelo proto-fascismo, que levou a ditaduras no início do século XX e nas décadas seguintes; e, nas últimas décadas, com a situação de o País ser governado por um partido que - segundo ele - tem um cunho inegavelmente totalitário e de fundo socialista.

Sobre esta última ideologia, Lamounier ressaltou que sua influência se fortaleceu desde a época da Ditadura Militar e hoje tem predominância sobre os partidos políticos do país. Em entrevista ao *Correio Popular*, publicada no domingo 24/05, dizendo algo semelhante ao que havia dito na palestra, afirmou que “todo partido que afirma conhecer o caminho para um paraíso terrestre — como a sociedade sem classes dos socialistas — logo resvala para a doutrina de que os fins justificam os meios”. Desse modo, não demora a justificar a corrupção e a falta de ética como meios “necessários” à realização do caminho para o paraíso terrestre. Caminho que os ideólogos garantem conhecer, mas sem nunca defini-lo, como acontece, segundo o sociólogo, com o partido do atual

governo. Mas Lamounier não é pessimista: acredita que a situação atual do Brasil, mergulhado numa escala de corrupção e falta de ética jamais vista na sua história, passará com o tempo (porém não em pouco tempo) deixando um legado de maturidade política.

Na segunda palestra, intitulada “*A política na prática*” e proferida por Luís Carlos Sotero, desembargador e ganhador do prêmio “Edgard de Moura Bittencourt” por sua atuação como “Defensor do Estado Democrático de Direito” pela APAMAGIS (Associação Paulista de Magistrados), o palestrante salientou que a sociedade brasileira está permeada pela famosa *Lei de Gérson*, com uma ética voltada à obtenção de vantagens pessoais, com disputas por cargos e comissões, bajulações e troca de favores, ficando em segundo plano a realização do bem-comum, a preocupação com os problemas da coletividade e o funcionamento das instituições.



Luís Carlos Sotero em sua palestra no seminário. (Foto: IFE Campinas)

Para ilustrar, baseado na sua experiência com a justiça laboral, citou o caso dos sindicatos que, ao contrário do que se pensa, não são tão democráticos. Ressaltou que grande parte deles, praticamente, não possuem alternância de poder. Com bom humor, comentou que, em certos casos, o presidente de um sindicato é a mesma pessoa que ocupa a presidência da confederação sindical e de organizações sindicais, e que só perde o cargo quando morre.

Mas seu tom, semelhante ao de Bolívar, não é de pessimismo. Ele acredita que é possível superar esta mentalidade da *Lei de Gérson* e criar uma cultura mais voltada ao bem-comum e ao bom funcionamento das instituições, promovendo uma sociedade e uma política mais éticas.

## Repercussão do evento

Destacamos que o evento teve repercussão na mídia regional, em ao menos duas ocasiões do jornal *Correio Popular*: uma nota em 19/05 e outra matéria com entrevista em 24/05. A última delas foi a referida entrevista acima, de domingo 24/05, a qual reproduzimos em imagem abaixo:



## Galeria de fotos

Abaixo, uma galeria de fotos tiradas por membros do IFE Campinas durante o seminário. Basta clicar em alguma foto para ampliar e seguir a galeria de fotos em tamanho grande.









## Agradecimentos

- Agradecemos a todos os participantes e envolvidos nesta 3ª edição dos Seminários IFE/ACL. Para mais informações de quando da divulgação deste seminário, [clique aqui](#). Para saber mais sobre os palestrantes, [clique aqui](#).
- Agradecemos ao Grupo RAC de comunicação por ceder algumas fotos de Janaína Ribeiro ao IFE Campinas.

---

## De quem é a culpa?

Conta-se que certa vez o jornal London Times pediu a alguns escritores responderem à pergunta “O que há de errado com o mundo?” G.K. Chesterton, escritor, filósofo, jornalista (e tantas outras coisas) enviou a resposta mais sucinta que o jornal teria recebido: “Prezados Senhores: Eu. Atenciosamente, G.K. Chesterton”. Desde que começaram as manifestações no País em tempos recentes, pus-me a meditar sobre alguns chavões que ouvia aqui e acolá, num jornal, na televisão, na boca de um manifestante, de outro, de um grupo etc. Um chavão que me chamou a atenção foi este: percebi que muitos colocavam a culpa no Estado, num determinado partido político, em um grupo social, mas não ouvi da boca de ninguém — mesmo tendo levantado muitas informações de fonte primária — algo como: “Eu também sou responsável por aquilo que se passa em meu País.” A culpa era sempre do outro.

Mas as coisas não param por aqui. Percebi que esse costume de sempre colocar a responsabilidade nas costas de outrem não se limitava a esse episódio recente da história do Brasil, mas aparecia em diversos setores da sociedade brasileira, como comércio, empresas, indústria, universidades, escolas e praças. Parece-me que onde quer que se vá sempre se encontra na boca do brasileiro o seguinte: “nosso País é corrupto” ou “nosso governo é corrupto” ou “aquele grupo é corrupto”. Claro que não quero tirar a responsabilidade real — que de fato existe — de pessoas que formam um governo, um partido, uma organização. É verdadeiro dizer que o Estado é corrupto em muitas de suas esferas e precisa ser punido por isso, efetivamente. Mas o problema está em descarregar toda responsabilidade nesse mesmo Estado, esquecendo que ele é formado de pessoas singulares, concretas, e que nasceram em nossa própria sociedade, sejam eles os de origem simples, sejam aqueles de origem nobre (riqueza).

Dentre os governantes e representantes, vemos corrupção nos de origem simples, média e rica. Claro também que se pode atribuir ao Estado a culpa de corromper aqueles que nele entram, dado o grau de institucionalização da corrupção, e isso daria outro artigo. Mas o que aqui quero chamar a atenção é que a corrupção não se limita ao Estado, a organizações etc. Ela está em toda a sociedade, mesmo porque são homens da sociedade que formamos Estado. Em última análise, é o homem quem criou as instituições, os sistemas econômicos e tudo quanto o que a sociedade possui. Nesse sentido, se olharmos com atenção, muitos daqueles que nas manifestações estavam dizendo que o Estado é corrupto são aqueles que, em seu dia a dia, tentam levar vantagem em uma situação aqui e ali, tentam tirar uma casquinha, esconder umas coisinhas para ninguém ver, violar algo discretamente e por aí vai.

Dizem que um outro é corrupto, mas não admitem que eles mesmos o são de algum modo em seu dia a dia. Como a base da sociedade são os homens, e vemos que muitos no Brasil são assim como descrevi no parágrafo anterior, isto é, são de algum modo corruptos em seu dia a dia, penso que devemos parar para pensar em nossa própria responsabilidade dentro da sociedade em que vivemos.

Eu, que culpo o Estado, aquele grupo e outros de corruptos, será que não contribuo para que esse Estado e essa sociedade continuem corruptos como estão com meus pensamentos, ações e/ou omissões? E aqui entramos no cerne da questão: não basta que as instituições mudem para que uma sociedade melhore ou deixe de ser corrupta. (Prova disso são os regimes totalitários do século XX que fizeram revoluções e cujo resultado mais notável foi a morte de milhares de inocentes.) É necessário que a mudança comece na base da sociedade, que é o homem e, mais do que isso, no mais íntimo dessa base, o coração do homem. Muitos de nós sabemos que é dos pensamentos e, sobretudo do coração que vêm as maquinações, os esquemas, as trapaças e até as pequenas corrupções. Nesse sentido, enquanto cada um não procurar mudar seu próprio coração, que é onde tudo começa, penso que não podemos esperar uma melhora ética efetiva em nossa sociedade. O que há de errado com o Brasil e com o mundo? Prezado leitor: eu.

■■ **João Toniolo** é mestrando em Filosofia e gestor do Núcleo de Filosofia do IFE Campinas.

Publicado no jornal *Correio Popular*, dia 24 de setembro de 2013, Página A2 - Opinião.

---

**Tags:** Corrupção, Crise Política, Partidos Políticos,

**Fonte:** IFE Campinas. Disponível em: <http://ife.org.br/fechado-para-balanco/>